

Organização das mulheres trabalhadoras rurais/camponesas, feminismo classista, direitos e expropriações no capitalismo dependente periférico brasileiro.

Helga Maria Martins de Paula¹

Larissa Carvalho Oliveira²

Resumo:

Esse artigo trata dos movimentos de organização de mulheres que realizam o enfrentamento à exploração e opressão no espaço hegemonizado pelo agronegócio no Brasil. A partir disso, surge a discussão de como este enfrentamento têm demonstrado possibilidades de emancipação e transformação social a partir de *práxis* contrahegemônicas destas mulheres. O objeto delinea-se, na atualização do levantamento e mapeamento de construção de espaços contrahegemônicos de enfrentamento ao agronegócio no Brasil, por meio da ação política das mulheres trabalhadoras do campo, com o recorte temporal que abarca o período compreendido pelo agravamento da crise estrutural do capitalismo com a pandemia de COVID-19. O artigo fará a sistematização das informações de algumas destas ações a partir de uma análise qualitativa que se desdobrará na continuidade da pesquisa com inserção de pesquisa de campo (diário) alinhada a uma pesquisa-ação empírica situada no contexto brasileiro na crise agudizada pela pandemia de COVID-19. O artigo gira em torno da seguinte questão: as iniciativas de agrupamento de mulheres rurais, vinculadas ao campesinato, para o desenvolvimento de atividades produtivas, inclusive com práticas agroecológicas de preservação ambiental, podem ser explicadas a partir das bases do imprescindível debate sobre classe/gênero e raça situado historicamente no capitalismo dependente periférico latino-americano e de expropriações contemporâneas?

¹ Professora Adjunta do curso de direito da Universidade Federal de Jataí. Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Direito, Estado e Constituição pela UnB. Coordenadora do Projeto de Pesquisa: Pandemia e Agronegócio: expropriações contemporâneas e desigualdades no capitalismo dependente periférico. Coordena os Projetos de Extensão Promotoras Legais Populares Libertárias e Cursinho Popular Maria Eloá. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Germinal (UFJ) e do Projeto EU QUERO (Engaging Users for Quality Enhancement and Rights: Strengthening the maternal and child healthcare system over the first 1000 days in Brazil).

² Mestra em Direito Agrário pela UFG. Servidora do Tribunal de Justiça de Goiás. Coordenadora do Movimento Terra Livre/GO.

Palavras-chave: Feminismo Classista; Organização de Mulheres; Direito Agrário; Expropriações de direitos.

Abstract:

This article deals with women's organization movements that confront exploitation and oppression in the space hegemonized by agribusiness in Brazil. From this, there is a discussion of how this confrontation has shown possibilities of emancipation and social transformation from the counter-hegemonic praxis of these women. The object is outlined, in the updating of the survey and mapping of the construction of counter-hegemonic spaces for confronting agribusiness in Brazil, through the political action of rural women workers, with the time frame that encompasses the period comprised by the worsening of the structural crisis of the capitalism with the COVID-19 pandemic. The article will systematize the information of some of these actions from a qualitative analysis that will unfold in the continuity of the research with the insertion of field research (diary) aligned with an empirical research-action situated in the Brazilian context in the crisis exacerbated by the pandemic of COVID-19. The article revolves around the following issue: the initiatives of grouping rural women, linked to the peasantry, for the development of productive activities, including agroecological practices of environmental preservation, can be explained from the basis of the essential debate on class/gender and race historically situated in peripheral Latin American dependent capitalism and contemporary expropriations?

Keywords: Class Feminism; Women's Organization; Agrarian Law; Expropriation of rights

Canção atual

Plantei meus pés foi aqui
amor, neste chão.

Não quero a rosa do tempo
aberta
nem o cavalo de nuvem
não quero
as tranças de Julieta.

Este chão já comeu coisa
tanta que eu mesma nem sei,
bicho
pedra
lixo

lume
muita cabeça de rei.

Muita cidade madura
e muito livro da lei.

Quanto deus caiu do céu
tanto riso neste chão,
fala de servo calado
pisado
solução de multidão.

Coisas de nome trocado
– fome e guerra, amor e medo –

Tanta dor de solidão.

Muito segredo guardado
aqui dentro deste chão.

Coisa até que ninguém viu
ai! tanta ruminção
quanto sangue derramado
vai crescendo deste chão.

Não quero a sina de Deus
nem a que trago na mão.

Plantei meus pés foi aqui
amor, neste chão

(PASSOS, Jacinta. 1951)

1. Introdução às categorias centrais para situarmos o debate: expropriações de direitos, crise do capitalismo e feminismo classista

A conjuntura de profunda crise social, econômica, política, ambiental e sanitária agudizada pela pandemia de COVID-19, nos coloca diversos desafios de natureza prática para a ação de transformação e ruptura necessárias em relação ao contexto de intensificação da exploração e opressões.

Essa ação, para que seja práxis, precisa estar alicerçada na consolidação de categorias que apreendam a movimentação do real por meio da luta que se capilariza pela memória da resistência das que vieram antes de nós, bem como da compreensão conjuntural para rompermos com estratégias teóricas, epistemológicas e políticas que reduzem à análise à aposta na conciliação de classes sociais antagônicas, assim como na superficialidade da crença exclusiva do reconhecimento estatal das lutas das mulheres trabalhadoras do campo.

No ano de 2020, dados iniciais mostram que o maior impacto relacional entre contágio/índice de letalidade e agravamento das desigualdades sociais, se dá nas áreas identificadas como Sul Global, ou, de maneira mais específica, às áreas que correspondem à América Latina, África e parte do continente asiático. As desigualdades têm escancarado a pobreza e a falta ou insuficiência de alimentação e, no Brasil, essa realidade se agravou com a pandemia da COVID-19³ e a sistemática do governo federal de retrocesso de direitos. “Um inquérito recente da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan) apontou que pelo menos 19 milhões de brasileiros passaram fome nos últimos meses de 2020.” (MATIOLI, 2021).

Países do Sul Global, na ordem do capitalismo dependente periférico, possuem altos índices de desigualdade, histórico marcado por processos de colonização que reverberaram em violentos genocídios, escravização, e a continuidade de processos de colonialidades do poder, do saber e do ser, entranhados em sociabilidades com raízes profundas no racismo estrutural e em dinâmicas expropriatórias que complexificam a divisão sexual e social do trabalho e a superexploração da força de trabalho desses países.

Para Virgínia Fontes, as expropriações contemporâneas correspondem à manutenção e expansão da expulsão do campo das trabalhadoras e, também apresentam uma situação quantitativa e qualitativamente nova devido ao imperialismo multinacional que vivenciamos, o que acaba por trazer aspectos originais ao debate, aspectos homólogos aos momentos formadores do capitalismo, mas não idênticos (2010).

A expropriação é a base social da relação social subsumida no capital, e esta forma de relação social foi rapidamente capaz de absorver e de transformar o conjunto da vida social, em sua totalidade, ganhando contornos cada vez mais complexos à medida que mais aparentes ficam, em quadros históricos de acirramento do antagonismo capital-trabalho, as contradições intra-capital-imperialistas (FONTES, 2018).

³ A pandemia foi identificada inicialmente na China, no fim de 2019 e depois se espalhou pelo mundo. Segundo Wallace, “As origens locais da covid-19 ainda são alvo de controvérsias, mas a genética do vírus Sars-CoV-2 mostra que ele é um rearranjo de um coronavírus de morcego com uma cepa de pangolim que posteriormente sintonizou-se com o sistema imunológico humano [...]”. (p. 492, 2020)

O debate sobre expropriações contemporâneas a luz de Virgínia Fontes, Rosa Luxemburgo, Ellen Woods e Ivanete Boschetti fundamenta a importância do resgate de categorias e formulações do campo do materialismo histórico e respectivo método para análise do cenário no qual nos debruçamos, qual seja, o impacto da crise do capital nesta quadra histórica para as mulheres, em especial, as mulheres brasileiras e latino-americanas, desde sua movimentação de explicitação das contradições e possíveis rupturas frente a ordem hegemônica posta, no enfrentamento real ao chamado agronegócio.

A partir do debate de expropriações contemporâneas e seus impactos para as mulheres trabalhadoras do campo, inclusive sobre a expropriação de seus direitos historicamente conquistados, levantaremos a análise de casos concretos de organizações dessas mulheres, bem como qual a pauta central e as consequências dessas movimentações nas esferas locais.

O(s) direito(s) como processo e situado historicamente em sua dialética social (LYRA FILHO, 1982), é o mote para a legítima organização social da liberdade dessas mulheres desde a rua/campo insurgente que supera a barbárie capitalista no ascenso da consciência de classe.

Novas formas de sociabilidade possíveis dimensionam as movimentações anticapitalistas em um ecofeminismo situado e na compreensão metodológica da teoria social e seus avanços.

As esferas quantitativa e qualitativa de participação efetiva das mulheres no espaço político, na construção de pautas centrais, práxis e movimento, traz a necessidade de um feminismo classista atrelado a realidade concreta.

O caminho é longo e traz o desafio de vencermos o negacionismo/relativismo histórico de tempos obscuros nos quais a barbárie é a tônica: se se constroem muros e destroem a dignidade das vidas humanas fazendo-as sangrar frente à retirada das condições mínimas de sobrevivência e subsistência (por meio de contrarreformas que retiram direitos sociais, por exemplo), que as mulheres trabalhadoras do campo se façam resistência na práxis que emancipa e desenhem caminhos para uma nova sociabilidade que supere a exploração, as opressões e todas suas expressões hegemônicas.

2. Luta e resistência das mulheres trabalhadoras camponesas no contexto pandêmico: enfrentar o capitalismo no contexto dependente periférico

O artigo surge a partir da articulação entre o estado da arte sobre a organização de mulheres que realizam o enfrentamento à exploração e opressão no espaço hegemônico pelo agronegócio no Brasil e como este enfrentamento têm demonstrado possibilidades de possível emancipação e transformação social a partir de práxis contrahegemônicas destas mulheres.

De acordo com dados trazidos pelo estudo sobre Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à COVID-19 no Brasil (pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública da USP e a Conectas Direitos Humanos), dentre as muitas consequências de uma estratégia do governo federal brasileiro de propagação do vírus, a questão de atos normativos da União que aprofundaram o fosso da desigualdade socioeconômica brasileira, bem como da propaganda disseminada diariamente contra a saúde pública da população brasileira, ganharam concretude na marca de, até o momento, termos mais de 460.000 mortos pela COVID-19.

A perda de vidas e o recorte de classe e raça das perdas e áreas de contaminação, explicita como a territorialização do capital e suas formas de acumulação por meio da exploração de recursos naturais e superexploração das trabalhadoras tem se estruturado com o reforço da complexificação da divisão social e sexual do trabalho no cenário do capitalismo dependente periférico latino-americano.

O objeto delinea-se, então, na atualização do levantamento e mapeamento de construção de espaços contrahegemônicos de enfrentamento ao agronegócio no Brasil por meio da ação política das mulheres trabalhadoras do campo, com o recorte temporal que abarca o período compreendido pelo agravamento da crise estrutural do capitalismo com pandemia de COVID-19.

Também trazemos a necessária centralidade de recuperarmos categorias teóricas para amalgamarmos fundamentação teórica/metodologia e objeto de estudo com a escolha do método materialista histórico dialético para garantia de lastro coerente com a análise da práxis, desde as margens impertinentes daquelas que se recusam a aceitar

ordem posta como natural e imutável, afinal, “em tempos de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar” (BRECHT, 2000).

O ascenso de setores da extrema direita no Brasil e a naturalização do ódio nas relações políticas no Brasil e no mundo nos exige a compreensão de que a complexa trama conjuntural agudizada por uma pandemia avança para a caracterização de um cenário fascistizante marcado pelo obscurantismo, o negacionismo, o anticientificismo e o fundamentalismo.

Essa agenda que caracteriza a ampliação do golpe contra as liberdades democráticas por meio do controle das instituições burguesas, a retirada dos direitos sociais (reformas trabalhista e previdenciária), o desmonte das políticas públicas e o congelamento de recursos para a saúde e educação públicas (Emenda Constitucional 95), além da adoção de medidas administrativas e legislativas que criminalizam a trabalhadora e aprofundam os ataques ao meio ambiente, com o apoio das milícias virtuais, tem repercussões gerais e locais que precisam ser dimensionadas para termos o quadro que melhor mostra as consequências de uma barbárie institucionalizada.

Os impactos do aprofundamento da crise têm ampliado o ataque e a exploração de trabalhadoras, incluindo as trabalhadoras do campo.

A denominada modernização conservadora no campo prolongou seus desdobramentos na configuração hegemônica exploratória e expropriatória no campo ao longo dos anos. O agronegócio advindo da capilarização da modernização conservadora- continuidade das monoculturas, concentração da propriedade privada e superexploração das trabalhadoras do campo, redimensionou o avanço dos conglomerados agroindustriais vinculados à monocultura de grãos (as chamadas commodities) e a acumulação e especulação sobre grandes áreas de propriedade privada. Este modelo explora a trabalhadora em condições desumanas de trabalho, destrói o meio ambiente e aprofunda o processo de acumulação de terras nas mãos de multinacionais.

Logo, toda a movimentação de mulheres trabalhadoras rurais que aponte para a construção de uma agenda política de lutas que reverbera no acúmulo de forças contra hegemônicas para a contraofensiva frente ao cenário de terra arrasada, precisa ser conhecida, mapeada e divulgada.

Urgente a compreensão de que os delineamentos de rupturas em relação à colonialidade, ao patriarcado e às várias expressões da exploração capitalista, se dê a partir da compreensão da realidade concreta que se enfrenta.

Essa realidade concreta fornece parâmetros e elementos para questionarmos e apresentarmos as contradições vinculadas ao modelo agrícola hegemônico do agronegócio e a continuidade da divisão sexual e social do trabalho que relega às mulheres trabalhadoras a uma superexploração que é substrato das expropriações primárias e secundárias (de direitos).

Conhecer o movimento do real de mulheres trabalhadoras do campo, no Brasil, em tempos de crise do capital, é, então, o pressuposto deste levantamento do estado da arte sobre movimentos de organização de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, a partir de dois eixos centrais: quais as pautas centrais de luta e como elas se vinculam a construção de direitos desde a práxis feminista camponesa anticapitalista? E quais as formas de organização dessas mulheres em tempos de crise profunda na quadra histórica vivida?

Todas essas questões levantadas moldam os estudos sobre os movimentos de organização de mulheres trabalhadoras rurais contra as opressões na atualidade um tema de relevância ímpar. Afinal, para adiar o fim do mundo é fortalecer as lutas antirracistas e de classe; na busca pelo reconhecimento da utilidade da vida humana e nas lutas feministas na América Latina e no Caribe, conhecer e reconhecer o engajamento sócio-político-feminista das mulheres latino-americanas é uma questão essencial (PAREDES, 2008; GONZALES, 2020; KRENAK, 2020a, KRENAK, 2020b).

3. Levantamento inicial do estado da arte do debate desde alguns casos pontuais concretos: Alguns aportes sobre a caracterização das mulheres trabalhadoras rurais e camponesas

As mulheres que desenvolvem práticas e se relacionam socialmente sob orientação do campesinato podem ser identificadas como camponesas. Nesse sentido, trabalham ao lado de seus familiares, em atividades agrárias voltadas para o autoconsumo e predominantemente sustentáveis, de modo a restringir as atividades econômicas ao suprimento das necessidades locais. Reconhece-se que o termo “camponesas” pode abranger mulheres indígenas,

quilombolas, pescadoras, quebradeiras de coco, seringueiras, ribeirinhas e extrativistas localizadas em espaço rural. Contudo, no presente texto, a palavra “camponesas” é utilizada como referência às mulheres do campo vinculadas ao campesinato, no sentido apresentado acima. O grupo social composto pelas camponesas é internamente diverso, em especial por conta de fatores culturais, étnicos, etários, religiosos e geográficos.

O ideal de bem estar enquanto aspiração comum aos povos do mundo tem enfrentado muitos obstáculos. Um dos mais recentes e que persiste é o da pandemia da COVID-19 (WANDERLEY; ASADA, 2020). A enorme ameaça à saúde das pessoas faz destacar um interesse compartilhado por saúde, alimentação e condições dignas de vida.

Nesse sentido, compreendemos a necessidade de preservação da saúde em termos ampliados, que abrange saúde humana e não humana. Para tanto, o equilíbrio socioambiental é basilar e os trabalhos das mulheres camponesas tende a contribuir para alcançá-lo. As atividades produtivas e principalmente agrárias de determinados grupos de camponesas latino-americanas foram relatadas em trabalhos acadêmicos recentes e alguns destes servem como princípio da atualização do estado do conhecimento apresentado neste artigo.

Alguns processos pontuais de organização de mulheres foram levantados em trabalhos publicados nos últimos anos, na perspectiva de apresentação do movimento de articulação e ação de mulheres trabalhadoras rurais.

Em comum aos grupos de mulheres camponesas considerados a seguir, percebe-se a busca por autonomia por meio das suas organizações coletivas, e a identificação das determinantes que marcam o cenário de exploração e opressões em seus espaços. Além da solidariedade em caso de problemas enfrentados por integrantes do grupo.

Entre os estudos identificados, destacamos o de Baticini e Alves (2017), na região de Poço Fundo-MG. Os autores apontam que o desempenho quase exclusivo de atividades domésticas por mulheres é consequência do sistema patriarcal, que reproduz desigualdades como eixos estruturados na divisão sexual e social do trabalho e na naturalização dos papéis sociais na relação social capitalista. Todavia, como

enfrentamento a este modelo de injustiça social, o grupo de Mulheres Organizadas Buscando Independência (MOBI) é detalhado pela dupla.

O MOBI começou a se organizar em 2016 para garantir direitos e independência de mulheres vinculadas à produção de café, em especial para a produção e comercialização. No grupo, as mulheres compartilham experiências da lida no campo, cultivam amizades e praticam ajudas mútuas.

Em outra perspectiva, a Casa da Mulher do Nordeste (CMN) e o Centro Agroecológico Sabiá, no território Pajeú, região semiárida de Pernambuco, são considerados no trabalho de Ferreira (2016) a partir da ação contrahegemônica de mulheres rurais. A importância da agroecologia é destacada, enquanto ciência e movimento social que preserva o meio ambiente e produz alimentos a partir de parâmetros contrapostos ao agronegócio.

As mulheres do Sertão do Pajeú são agricultoras, pecuaristas, pescadoras e beneficiadoras de frutas e verduras, além de criarem pequenos animais. Sobre elas recaem os serviços de cuidado com os membros da família, o que inclui a necessidade de cultivo de hortas para a alimentação e manejo de água (FERREIRA, 2016). Trata-se de uma das faces da desigualdade de gênero, que naturaliza determinadas atribuições como exclusivas ou preferencialmente de mulheres.

Ferreira e Lima (2017) explicitam relações desiguais de poder entre mulheres e homens do campo, vinculando-as ao patriarcado. As autoras analisam a reprodução do campesinato na Comunidade do Alto Igarapezinho, município de Bujaru-PA, integrada por 85 famílias. A comunidade vende produtos como farinha e tapioca principalmente em Belém e tem a família como elemento determinante para a realização das atividades agrárias.

Em contexto diverso, o grupo de mulheres rurais do Assentamento Carnaúba do Ajudante, em Serra Talhada-PE é descrito por Mélo, Moraes e Costa (2014). Trata-se do coletivo “Reciclarte”, existente desde 2013 e composto por 11 mulheres que se reúnem as terças-feiras, na sede do assentamento, para produzirem artesanato. A opção produtiva se relaciona com a possibilidade de se envolverem com atividades diversas daquelas que realizam todos os dias em ambiente doméstico, de quintais e roças.

Os espaços de acampamentos e assentamentos nas cidades goianas de Faina e Araguapaz, vinculados ao Movimento Terra Livre, também contam com mulheres rurais fortes, cujas histórias orais foram sistematizadas por Machado (2018).

Nessa região, em 2016, surgiu o Coletivo Jacinta Passos, para formação das mulheres e organização para obterem renda, especialmente por meio do artesanato. A participação no grupo representa um modo de escapar da rotina difícil em que os homens dão as ordens e tendem a invisibilizar as atividades das camponesas (MACHADO, 2018).

Em resumo, os grupos de camponesas brasileiras retratados nos trabalhos acima, demonstram a importância do que caracterizamos como a necessária ruptura com o capitalismo e todas suas formas de reprodução das opressões de gênero e raça. O levantamento representa somente uma exemplificação inicial sobre as atuações de grupos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, atreladas a agenda e pautas construídas pelos movimentos sociais de luta pela terra.

4. Considerações para a continuidade do debate

O patriarcado tende a atribuir sentido de produtivo aos trabalhos masculinos e de improdutivo aos femininos. A materialidade das relações sociais engendradas, bem como sua respectiva e conseqüente dimensão interrelacional subjetiva, cumprem funções especiais no campo, pois algo é produtivo ou improdutivo a partir de determinado parâmetro, por vezes não declarado.

O poder de se atribuir sentidos sociais é detido pelo capitalismo e suas determinantes e aparelhos privados de hegemonia que, em âmbito rural, atende pelo nome de agronegócio. Trata-se do modelo agrícola patronal, cuja hegemonia se consolida inclusive por meio de propagandas, telenovelas e festas (desde rodeios até musicais e orquestras) que tornam familiares para a população os nomes e símbolos das empresas do setor (CHÃ, 2018).

Reconhece-se, no espaço agrário, que o modelo patriarcal capitalista predomina. O patriarcado afigura-se como sistema ideológico pautado na exploração e dominação de mulheres. Mantém formas de desigualdade que privilegiam os homens,

estimulando práticas de controle e medo a que as mulheres são submetidas (SAFIOTTI, 2015).

As lutas das mulheres trabalhadoras rurais/camponesas pela manutenção dos próprios meios e condições de sobrevivência, com suas tradições e sua memória de lutas, traz formas de resistência face ao modelo expansivo do capital agrícola. Elas resistem às imposição das estruturas exploratórias, às injustiças e constroem, no movimento do real, desde o fortalecimento do poder popular, a dialética social dos direitos, desde o campo e pelas margens.

Referências:

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015.

BATICINI, C. T.; ALVES, F. D. GÊNERO NO CAMPO: Organização, pertencimento, resistência e desafios das mulheres inseridas na produção de café orgânico em Poço Fundo – MG. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2017, Curitiba. *Anais eletrônicos do SINGA 2017*. Curitiba: UNICAMP, 2017.

BOSCHETTI, Ivanete. *Supressão de direitos no capitalismo: uma forma contemporânea de expropriação?*

<http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC44/mc441.pdf>

CHÃ, Ana Manoela. *Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FERREIRA, A. P. L. AGRICULTORAS DO PAJEÚ: FEMINISMO E AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. *Revista eletrônica Pegada*, vol. 17, n.1, p. 244-262, jul. 2016.

FERREIRA, I. C. de J.; LIMA, D. da S. G. AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE BUJARÚ NO NORDESTE PARAENSE. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2017, Curitiba. *Anais eletrônicos do SINGA 2017*. Curitiba: UNICAMP, 2017.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In: Boschetti, Ivanete (Org). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo, Cortez Editora, 2018, pp. 17-

61. http://grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/capitulos-livros/Expropriacao-e-direitos-no-capitalismo.pdf

_____. *Marx, expropriação e capital monetário: notas para o estudo do imperialismo tardio*.

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo145Artigo1.pdf

GONZALES, L. *Por um Feminismo Afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 2020.

KONDER, L. *Introdução ao Fascismo*. 2 ed. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2009.

KRENAK, A. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. 2. ed. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2020.

LUNA, Túlio Melo de; LIMA, Jorge Roberto Tavares de; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de. O protagonismo das mulheres camponesas para a transição agroecológica no Assentamento Chico Mendes III. In: XIII JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – JEPEX UFRPE, 2013, Recife. *Anais eletrônicos Construindo desafios no ensino, pesquisa e extensão*. Recife: UFRPE, 2013. Disponível em: <<http://www.eventosufrpe.com.br/2013/cd/resumos/R1638-2.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação primitiva*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

MACHADO, F. P. Feminismo em contextos rurais: trajetórias de vida e de luta de mulheres sem terra a partir das narrativas orais. In: XIV Encontro Nacional de História Oral, 2018, Campinas. *Anais eletrônicos História oral e a expansão do registro audiovisual*. Campinas: UNICAMP, 2018.

MATIOLI, João Peres e Victor. O triunfo dos supermercados no Brasil da Fome. *Revista Le Monde Diplomatique Brasil*, 2021. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-triunfo-dos-supermercados-no-brasil-da-fome/>>. Acesso em: 31 maio 2021.

MARX, Karl. *O Capital*. Tomo I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O Capital*. Tomo II. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O Capital*. Tomo III. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, A. B. de; MORAES, L. L. de; COSTA, M. A. G. GRUPO DE MULHERES RURAIS “RECICLARTE”: a fuga do cotidiano. In: 18º Redor, 2014, Recife. *Anais eletrônicos Perspectivas feministas de gênero: Desafios no campo da militância e das práticas*. Recife: UFRPE, 2013.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamento político*. Niterói: Alternativa, 2013.

PACHUKANIS, Eugeny. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2015.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Questão agrária: lutas, conflitos territoriais e contradições sociais no mundo do século XXI. In: MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes (orgs.). *A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais*. São Paulo: Outras expressões, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. *Gênero patriarcado violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SEIBERT, Iridiani Graciele; RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. APROXIMAÇÃO TEÓRICA ENTRE O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR E O MARXISMO LATINO-AMERICANO. In: *VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária*, 2017, Curitiba. *Anais eletrônicos do SINGA 2017*. Curitiba: UNICAMP, 2017. Disponível em: <https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt04_aproximac3a7c3a3o-tec3b3rica-entre-o-feminismo-camponc3aas-e-popular-e-o-marxismo-latino-americano-1.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

WALLACE, Rob. *Pandemia e Agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

WOOD, Ellen. *O Império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.